



www.LeisMunicipais.com.br

LEI Nº 6.867, DE 24 DE MARÇO DE 2026.

"Autoriza a concessão de direito real de uso de bens públicos municipais localizados na Região do Rio Bonito, destinados ao desenvolvimento turístico, recreativo, esportivo e náutico, revoga a Lei nº 5.771/2015 e dá outras providências ."

FÁBIO VIEIRA DE SOUZA LEITE, Prefeito Municipal de Botucatu, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, mediante processo licitatório ou chamamento público, conforme a natureza de cada espaço, o direito real de uso, a título oneroso ou não oneroso, dos bens públicos municipais situados na Região do Rio Bonito, destinados ao desenvolvimento turístico, recreativo, esportivo e náutico, compreendendo:

I - O complexo da Lanchonete/Restaurante, incluindo edificação principal, área externa de atendimento, guarita, casa de moradia e demais estruturas correlatas;

II - A área de camping, com quiosques, churrasqueiras, áreas de convivência e paisagismo;

III - A quadra poliesportiva, de uso público e gratuito, podendo sua manutenção ser atribuída ao concessionário;

IV - O imóvel denominado Casa Redonda, com área construída aproximada de 195,04m², bem como a área de apoio náutico adjacente, destinada à prática de atividades aquáticas não motorizadas.

Art. 2º Os bens descritos no Art. 1º deverão ser utilizados exclusivamente para finalidades turísticas, esportivas, recreativas, gastronômicas, culturais ou náuticas, sendo vedada a destinação diversa daquela que contrarie o interesse público.

Art. 3º As concessões previstas nesta Lei:

I - Terão prazo de até 15 (quinze) anos, admitida prorrogação conforme legislação Federal;

II - Serão formalizadas por contrato de concessão de direito real de uso;

III - Serão precedidas de estudos técnicos que justifiquem sua viabilidade;

IV - Observarão critérios de seleção compatíveis com a natureza de cada área, incluindo melhor técnica, técnica e preço ou outros permitidos em lei.

Art. 4º Os editais, termos de referência e contratos deverão definir:

I - As obrigações de manutenção, conservação, operação, revitalização e investimentos;

II - As condições de acesso público à quadra poliesportiva;

III - As regras de uso, segurança e ordenamento da área de camping;

IV - As normas de segurança para a área náutica, incluindo cumprimento da NORMAM-03/DPC;

V - Os padrões mínimos de atendimento, paisagismo, limpeza e promoção turística;

VI - Mecanismos de fiscalização, indicadores de desempenho e penalidades.

Art. 5º O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, ajustar, atualizar ou complementar a delimitação das áreas concedidas, com base em plantas, levantamentos técnicos e memoriais descritivos constantes dos processos administrativos.

Art. 6º O Poder Executivo poderá:

I - promover a desocupação regular de áreas necessárias ao cumprimento desta Lei;

II - firmar parcerias técnicas ou institucionais para gestão e monitoramento;

III - autorizar melhorias estruturais pelo concessionário, que se incorporarão ao patrimônio público, sem direito a indenização, salvo previsão contratual específica.

Art. 7º A concessão referente ao imóvel denominado Casa Redonda, atualmente objeto do Decreto Municipal nº **13.692/2025**, poderá ser revista, integrada ou substituída por nova concessão decorrente desta Lei.

Art. 8º O Município não assumirá qualquer responsabilidade financeira por investimentos, melhorias ou custos operacionais dos concessionários.

Art. 9º Fica revogada a Lei nº **5.771**, de 15 de dezembro de 2015.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Botucatu, 24 de março de 2026.

Fábio Vieira de Souza Leite
Prefeito Municipal

Registrada na Divisão de Secretaria e Expediente em 24 de março de 2026 - 170º ano de emancipação político-administrativa de Botucatu.

Rinaldo Barbato
Chefe da Seção de Secretaria e Expediente

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 27/03/2026

Toda a legislação em um só lugar!



Federais



Estaduais



Leis.org



Municipais



Institucionais

Clique no link e conheça mais